

**Transcrição do debate sobre a Anteproposta de Lei n. ° 16/X – “Programa especial de apoio social para a ilha Terceira”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.**

**Presidente:** Vamos então avançar. Estava neste preciso momento a dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentar esta Anteproposta de Lei.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Parlamento tem tido a oportunidade de discutir várias vezes a situação da Base das Lajes, a sua importância, passada e presente, os desenvolvimentos negativos na vertente diplomática, que têm os efeitos que infelizmente são bem conhecidos.

Embora pensemos, e certamente não é esse o debate que interessa aqui fazer hoje mais uma vez, não podemos deixar de recordar as profundas e graves responsabilidades políticas dos sucessivos governos da República, e dos partidos que exerceram o poder e optaram sempre por uma postura subserviente e de cedência sistemática à vontade do parceiro norte-americano, em especial nas matérias que diziam respeito aos trabalhadores da Base.

Apenas para lembrar mais um dos episódios tristes desta história: Quem não se recorda do que foi a revisão do Acordo Laboral, em que as autoridades portuguesas cederam, mais uma vez, acabando oficialmente com o Inquérito Salarial, ...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E o Sr. Deputado André Bradford, não?

**O Orador:** ... depois de permitirem que este não fosse aplicado durante anos, roubando milhões de Euros aos trabalhadores, à ilha Terceira, à Região?

A justificação na altura: Era preciso ceder ou os Estados Unidos da América encerrariam a Base e ficaríamos sem os postos de trabalho e respetivos salários, afinal a única compensação que os Açores recebiam por ter esta instalação militar no seu território. De muito nos serviu mais esta cedência... De cedência em cedência até à cedência final!

E aqui estamos hoje, em que o ritmo dos despedimentos na Base das Lajes se acelerou, porque já vinha acontecendo há muito tempo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eles querem sair! Querem sair mais!

**O Orador:** Dias atrás, no simbólico dia 11 de setembro, saíram mais 40 trabalhadores, um número que se deverá repetir a cada 15 dias mais ou menos.

Mas para além dos próprios trabalhadores despedidos da Base das Lajes e da difícil situação em que a incúria – para não dizer uma palavra mais forte

– das autoridades portuguesas e o oportunismo norte-americano os lançaram, existe a ilha Terceira.

Uma ilha que condicionou muito do seu desenvolvimento à existência desta Base e destes postos de trabalho, beneficiando com isso, sim, em muitos aspetos, mas sofrendo também o prejuízo de ter uma economia que se tornou dependente, sofrendo o prejuízo de não explorar outras vias de desenvolvimento, quiçá mais fiáveis que as flutuações de humor da máquina militar americana, porque havia a Base, porque existiam os militares americanos, existiam os trabalhadores e os seus salários, existia trabalho e existiam encomendas para as empresas locais.

Tudo isto terminou hoje, ou está em vias de terminar, com efeitos económico-sociais que vão muito para lá das redes da Base das Lajes e que atingem o coração da ilha Terceira e a que é preciso dar respostas urgentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É disso mesmo que trata a nossa proposta: de encontrar respostas e de minorar aflições, de transmitir esperança e de dar um sinal positivo à economia terceirense. Não é uma proposta para os trabalhadores da Base das Lajes, embora os inclua. É uma proposta para todos os trabalhadores e para todas as famílias terceirenses.

Não discordamos da maior parte das medidas anunciadas ou já tomadas, para apoiar as empresas da ilha. No entanto, pensamos que é fundamental apoiar também as pessoas.

Apoiar as pessoas não só para minorar as suas dificuldades, mas também porque são as pessoas que compram produtos às empresas e sem poder de compra, com uma população depauperada, poucas ou nenhuma empresas conseguirão sobreviver, tornando inúteis esses apoios públicos e agravando o ciclo vicioso do desemprego.

Trata-se aqui, de um apoio especial, localizado, limitado no tempo, porque estamos perante uma situação excepcional. Essa excepcionalidade, aliás, foi reconhecida também pelo Governo Regional, que nessa circunstância fundamentou a necessidade do Plano de Recuperação Económica da Ilha Terceira.

Por outro lado, esta proposta que aqui fazemos também não é a primeira vez que é implementada em território nacional, uma vez que foi, face à excepcionalidade da situação, já aplicada em devida altura aquando da crise dos têxteis no Vale do Ave, mas também na Península de Setúbal, aquando do desmantelamento da indústria daquela Região.

Trata-se, portanto, de majorar em duração e valor alguns apoios sociais, que poderão trazer algum alívio às famílias terceirenses, algum poder de compra à economia local, alguma esperança neste momento difícil.

Por último, sabemos que esta proposta já não será discutida na Assembleia da República nesta Legislatura, que agora termina. Mas cremos que é essencial que este Parlamento transmita desde já este sinal positivo às gentes da Terceira, manifestando a sua vontade política e o seu empenhamento em que estas medidas se concretizem. Muito negativo seria, muito mau sinal daríamos aos terceirenses se assim não fosse.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo inscrições ...

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

Entende o PCP trazer aqui uma Anteproposta de Lei que visa, digamos, discriminar positivamente os apoios sociais, algumas prestações sociais, para os terceirenses consubstanciada com aquilo que todos sabem e que já aqui foi amplamente discutido que é a situação do *downsizing* da Base das Lajes, do contingente americano da Base das Lajes e conseqüentemente também da força laboral portuguesa naquela base que tem naturalmente, e também como já aqui foi discutido amplamente, um impacto social e económico significativo mais especificamente na Praia da Vitória e na ilha Terceira, mas também podemos dizê-lo na Região Autónoma dos Açores.

Este é mais um contributo no âmbito do conjunto de trabalho que tem sido desenvolvido nesta questão e a estratégia que tem sido desenvolvida pelo Governo dos Açores, com o contributo de variadíssimas entidades da ilha Terceira e também com o contributo de vários partidos políticos nos Açores para que seja possível aplicar um plano na ilha Terceira, um plano de mitigação do impacto social e económico que referi em muitas famílias e em muitas empresas da ilha Terceira, tendo em conta esta medida dos norte americanos e por isso o Partido Socialista apoiará esta proposta.

É uma Anteproposta de Lei que como se sabe a tramitação depois da sua aprovação aqui é que siga para a Assembleia da República e que lá seja discutida já numa nova legislatura, porque a proposta não cai na Assembleia da República com o fim da legislatura da Assembleia da República. Tudo o que é proposto por Parlamentos Regionais mantêm-se até ao fim da legislatura nesses Parlamentos Regionais e, portanto, esta proposta ficará pendente, digamos assim, na Assembleia da República até à tomada de posse da nova Assembleia da República.

Também subscrevo aquilo que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires da necessidade de mais um sinal político dos Açores, no caso do Parlamento dos Açores, de união em torno destas questões, em torno destes contributos

de discriminação positiva para a ilha Terceira, não esquecendo também, é justo dizê-lo, que essa discriminação positiva também deve ser direcionada para as famílias assoladas pelas situações de desemprego e para as empresas que, enfim, vêm uma significativa redução no serviço e no trabalho que prestam àquela base e conseqüentemente aos postos de trabalho que têm e aos postos de trabalho que conseguem manter e até que têm conseguido criar nos últimos anos devido aos serviços prestados à Base das Lajes.

Portanto, é mais um contributo em todo este puzzle que temos desenvolvido nos últimos tempos da necessidade de uma estratégia de mitigação dos impactos negativos na Base das Lajes, numa primeira instância mais direcionada para os trabalhadores daquela Base, também no âmbito das empresas que trabalham para aquela Base e, portanto, desse ponto de vista nós apoiamos este contributo do PCP sobre esta matéria, que é uma matéria que nos parece muito importante para o futuro da ilha Terceira e dos Açores, que vai continuar a ser central no médio prazo, que carece e exige de todos nós uma atenção muito especial no futuro.

É preciso dizê-lo também que tem aqui uma grande influência nacional, do Governo da República, independentemente de quem estiver a governar o país depois das eleições do próximo dia 4 de outubro. Será uma matéria que tem que estar no centro da agenda política do próximo governo de Portugal, porque esta matéria não pode ser resolvida apenas pelo Governo dos Açores que tem feito um esforço sem precedentes ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Enorme! Na criação de postos de trabalho, na revitalização da economia, no acordo laboral ... Sim, sim! Uma coisa sem precedentes!

**O Orador:** ... nesta matéria.

Aliás, até com um simbolismo político que me parece muito relevante que é o facto do Presidente do Governo ter chamado a si todas as responsabilidades de defesa dos interesses dos trabalhadores da Base das Lajes (aliás, devo dizê-lo, com os riscos políticos que isso também acarreta), mas o Presidente do Governo não teve o mínimo problema, nem teve uma abordagem tática a estas questões. Não, não!

Imediatamente iniciou um conjunto de diligências e um conjunto de trabalhos na defesa daqueles trabalhadores e na defesa daquela questão e é por isso importante, que independentemente das divergências que tenhamos sobre esta matéria, independentemente até das divergências ideológicas que existem sobre a presença militar norte americana na Base das Lajes, é fundamental que todos possamos remar para o mesmo lado nesta questão e que todos possamos trabalhar para que seja garantido que a questão da Base das Lajes, da defesa dos trabalhadores da Base das Lajes e da mitigação dos impactos económicos e sociais da redução norte americana

na Base das Lajes esteja no centro da agenda política do próximo governo de Portugal sem descurar naturalmente as responsabilidades que o governo norte-americano tem nesta matéria e que para nós não podem ser minimamente descuradas, porque os norte-americanos têm também grandes responsabilidades naquela situação e têm também grandes responsabilidades em apoiar este plano de mitigação dos impactos económicos e sociais na Praia da Vitória, na ilha Terceira e nos Açores. Por isso, nesta primeira intervenção, referir mais uma vez que o Partido Socialista apoiará e votará favoravelmente esta Anteproposta de Lei apresentada pelo PCP.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Agradeço que se inscrevam, caso contrário vamos passar à votação.

Não há mais inscrições, vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Fica desde já aqui dito à câmara que isto vai acabar. Portanto, ou se inscrevem, ou eu passo de imediato à votação.

**Deputado André Bradford (PS):** Tinha sido uma boa oportunidade!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Passe já à votação!

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Os considerandos do diploma do PCP são absolutamente incontornáveis e o PSD concorda com eles.

O impacto social e económico do que está a acontecer na Base das Lajes já foi aqui amplamente debatido e fora daqui e julgo que todos nós concordamos com a emergência que é acudir ao que ali se está a passar.

No entanto, nós continuamos a achar que é redutor, senão mesmo uma falácia, assumir que a catástrofe económica e social que afeta neste momento a Terceira depende apenas daquilo que está a acontecer com a redução do efetivo americano na Base das Lajes. Nós não deixamos que o Governo Regional e o PS se continuem a esconder por detrás da redução da presença americana nas Lajes para mascarar as suas responsabilidades naquilo que está a acontecer na Terceira neste momento.

A Terceira está como está, porque temos, como em todas as ilhas, as consequências da crise económica e social regional que é fruto da governação do PS.

A Terceira está como está, porque sofre também com a crise do setor leiteiro para a qual os governos do PS não souberam preparar a nossa lavoura.

A Terceira sofre com o crónico incumprimento dos governos regionais do PS, de César, de Vasco Cordeiro e de Sérgio Ávila ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E de Vítor Fraga!

**O Orador:** ... em relação às promessas feitas à Terceira e aos terceirenses. A Câmara da Praia já estava falida e a dever tudo a toda a gente antes dos americanos reduzirem os seus efetivos.

Em cima de tudo isso cai então o grave, o gravíssimo problema do impacto da redução da presença dos americanos na Base das Lajes.

Se a governação socialista tivesse sido boa para a ilha Terceira (e como eu aqui já disse noutras ocasiões e não faltou ao PS poder, maiorias absolutas, tempo – 20 anos – , câmaras municipais, juntas de freguesia e até Governos da República muito amigos que “juntos conseguiram” trazer a Terceira até à atual situação) nestes 20 anos (e é que 20 anos é mesmo muito tempo!) estaríamos hoje a discutir o dinamismo da economia da ilha e não a vontade de majorar apoios sociais.

O PS e o Governo Regional estão em dívida para com a Terceira e para com a sua economia.

Desde logo, prometeram e não cumpriram um investimento de 65 milhões de euros altamente comparticipados por fundos comunitários, dinheiro esse que ficou fora da economia da ilha e da Região. 65 milhões de euros!

Lembram-se do cais de cruzeiros?

Não se fez em Angra, não se fez na Praia da Vitória, nem se substituiu este investimento por outro, ou outros que garantissem o aproveitamento das mesmas verbas da União Europeia os 65 milhões de euros para a nossa economia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nessa matéria a Dra. Berta Cabral era *nim!*

**O Orador:** Hoje nem uma rampa ro-ro no Porto das Pipas os senhores parecem ser capazes de construir.

O parque tecnológico continua a ser prometido e a não existir.

A geotermia já teve muitas datas de arranque, mas já mandou foi funcionários para casa.

O parque de exposições já foi rebatizado de parque multissetorial, mas está tão atrasado que já não se sabe bem que empresas e negócios ainda existirão para o dinamizar.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Deixa uma listazinha para a gente!

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente!

**Deputado António Parreira (PS):** O que é que isso tem a ver?

**O Orador:** O Laboratório Regional de Veterinária, ferramenta tão importante no atual contexto do setor leiteiro, está pronto e por equipar há dois anos, apresentando já evidentes sinais de degradação.

O Governo e o PS até já prometeram e ‘desprometeram’ à Associação Agrícola da ilha Terceira a construção e uma nova fábrica de laticínios.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Essa tem quase 12 anos!

**O Orador:** E os problemas com as ligações marítimas à Terceira e com a falta de melhor aproveitamento do potencial do porto da Praia, e o mau serviço da SATA nos voos, nos horários, nos preços dos bilhetes, ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Ou nas *low cost*!

**O Orador:** ... na falta de lugares?

As consequências no turismo da Terceira estão aí e estão à vista de todos.

Se a dependência económica que a Terceira tem em relação à Base das Lajes é tão significativa o que é que os governos do PS fizeram em 20 anos para corrigir esses desequilíbrios?

Muito pouco! Muito pouco, meus senhores!

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh, Sra. Presidente, não há limites!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Já lhe disse: deixa uma coisinha!

**O Orador:** Chega de passar as culpas para os outros. A Terceira e os Açores precisam de muito mais e muito melhor governação e vou vos dar mais alguns exemplos.

Todos nós concordamos que os 4,8 milhões de euros que vêm da União Europeia para apoiar o setor leiteiro regional são muito pouco. São pouco! Mas o que dizer então dos 13 milhões de euros (duas vezes e meia este valor) gastos no Centro de Artes Contemporâneas na Ribeira Grande?

O que dizer ...

**Presidente:** Sr. Deputado, vamos entrar no debate sobre a Anteproposta de Lei.

**O Orador:** Estamos a falar do que é que o Governo Regional podia ter feito e fez outras opções e deixou a economia da Terceira no estado em que está.

**Presidente:** O Sr. Deputado já fez o seu enquadramento e eu permiti, mas naturalmente compreenderá ...

**O Orador:** Estou já a acabar!

**Presidente:** Não é uma questão de estar a acabar, mas compreenderá que neste caso ...

**O Orador:** Estou a dar exemplos ...

**Presidente:** ... estamos a falar dos apoios sociais propostos pela iniciativa do PCP.

**O Orador:** Estou a dar estes exemplos, porque o motor da economia da Terceira continua a ser o setor leiteiro.

**Presidente:** Concordo!

**O Orador:** E o problema do setor leiteiro é ainda mais grave do que o problema da Base das Lajes.

**Presidente:** Sim, mas não é este o caso que nós estamos agora a discutir.

Sr. Deputado, sabe que a Mesa permite sempre um enquadramento bastante generalista às vossas intervenções, mas quando ultrapassam os limites tenho que chamar à atenção. Peço que acolha a minha advertência, Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** Mas vai continuar!

**O Orador:** Acolho a sua advertência, mas não foi o PSD que incluiu a eletrificação de casas de ordenha no PREIT, ...

**Deputado André Bradford (PS):** O que é que isso tem a ver?

**O Orador:** ... foi o Partido Socialista e enquadrou as casas de ordenha no setor agrícola e a mitigação do problema da Base das Lajes.

**Presidente:** Mas nós não estamos a discutir o PREIT.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Estamos, estamos! A seguir vou discutir o PREIT!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, a Mesa está aqui para gerir os trabalhos.

O Sr. Deputados também sabe que nós não estamos a discutir o PREIT. Nós estamos a discutir a majoração de apoios sociais propostos pelo PCP. É neste caso em concreto que estamos a discutir.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Está perfeitamente enquadrado!

**Presidente:** Pode continuar a sua intervenção, Sr. Deputado.

**O Orador:** Respeitando a sua advertência, também peço que respeitem o meu enquadramento, porque estamos a falar da mitigação da situação social da Terceira e ela tem muitos contornos e essa situação social foi englobada de forma bastante abrangente num documento que revela, por parte do Governo Regional, a vontade de agrafar todas as promessas não cumpridas e tentar fazer com que outros as paguem.

Portanto, minhas senhoras e meus senhores, ...

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

... o PSD também vai votar favoravelmente este diploma do Partido Comunista que vem em boa altura e fez (e muito bem!) o paralelo com aquilo que se passou noutros locais do país, como por exemplo o Vale do Ave.

Julgo que a situação da Terceira neste momento pode perfeitamente ser comparada, se ainda não for até ainda mais grave do que aquela que se passou nessas zonas do país, mas é preciso que não haja aqui ninguém que sacuda “a água do capote” nem as suas responsabilidades, porque esta



Região tem um governo próprio e tem responsabilidades próprias e tem aqui senhores que andam a mandar nisto há 20 anos.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Isto é “casa roubada, trancas às portas” e é claro que todas as iniciativas que vêm no sentido, enfim, de mitigar ou de minorar os efeitos negativos de uma crise profunda que há largos anos se alastra na Terceira são naturalmente bem-vindas e esta do Partido Comunista com certeza que trará algum benefício às pessoas que estão desempregadas, mas é preciso ver o seguinte.

Há quando tempo o desemprego aumenta na ilha Terceira?

É a pergunta que se tem de fazer.

Há quanto tempo o desemprego aumenta na ilha Terceira?

Há quanto tempo a economia da ilha Terceira está abaixo e com níveis de desenvolvimento comparáveis com outras ilhas, abaixo das outras ilhas?

Ainda agora os números do turismo são bem reveladores disso: menos 4%, enquanto todas crescem. Corvo e Terceira descem.

Portanto, qual foi o papel do Governo nestes anos relativamente aos investimentos na ilha Terceira?

Qual foi na criação de emprego qualificado?

Politicamente assumiu contra um bom investimento, contra o bom uso de dinheiros públicos, não pôr a radioterapia na Terceira. Não foi uma decisão técnica, não foi uma decisão científica. Foi uma decisão política e errada assumida por Carlos César e Vasco Cordeiro. É o primeiro exemplo.

O segundo exemplo foi como enganaram os terceirenses relativamente com o cais de cruzeiros e repito: engaram os terceirenses com promessas eleitorais, com um cais de cruzeiros que sabiam à partida ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh, Sra. Presidente, não pode deixar continuar isto!

**O Orador:** ... que não iam fazer.

Podíamos ter emprego na Terceira se tivéssemos obras públicas na Terceira. Não temos. Por culpa de quem?

Por culpa do Governo.

Portanto, temos desemprego e por isso é preciso acudir aos desempregados.

Têm mais esse exemplo, mas há mais exemplos que podíamos dar para a criação de emprego e que hoje em dia podíamos até aproveitar os trabalhadores qualificados da Base das Lajes para irem para esses postos de trabalho, nomeadamente, várias propostas: o aumento da capacidade civil do aeroporto das Lajes.

Há anos que o CDS defende isso. Há anos!

O terminal de carga aérea há quantos anos está prometido?

Nunca foi feito.

O aumento da placa de estacionamento de aviões há quantos anos foi prometido?

Nunca foi feito.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** 2006!

**O Orador:** E a celebre indústria naval?

Há quantos anos?

Reparação naval. Há quantos anos?

Postos de trabalho, emprego qualificado na Terceira podia haver. Não venha o Governo Regional agora aliviar a “água do capote” e dizer que não teve grandes responsabilidades.

Reconheço o empenho do Sr. Presidente do Governo, deste Presidente do Governo, na questão da Base das Lajes, como se empenhou em minorar o efeito para os trabalhadores que vão ser ou que querem ser despedidos. Alguns deles querem ir para casa voluntariamente. Alguns até pedem para irem embora. Isto é a verdade e tem de ser dita assim.

Reconheço o empenho abnegado do Sr. Presidente do Governo nessa matéria, no (digamos, entre aspas) “diferendo ou conflito”, mas diferendo, com os Estados Unidos da América e a pressão que fez sobre os Estados Unidos da América, legítima, e sobre o Governo da República, legítima, para defender a ilha Terceira.

Isso é um ponto para defender a Base das Lajes. Isso é um ponto em que eu lhe reconheço todo o empenho.

Agora, o problema não é esse, Sr. Deputado Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Então?

**O Orador:** O problema não são os trabalhadores que vão para casa, Sr. Deputado Berto Messias. O problema são o potencial de criação de postos de trabalho que a Terceira perde e aí não se fez nada para os colmatar, nomeadamente colocando a base da SATA Internacional na ilha Terceira, nomeadamente!

Tinha também alguma utilidade e nomeadamente se a Sra. Secretária de Estado da Defesa, Berta Cabral, tem cumprido o seu papel enquanto Secretária de Estado da Defesa, naturalmente que a força aérea hoje em dia seria um empecilho menor na utilização civil da Base das Lajes.

**Deputado André Bradford (PS):** Essa é que é essa!

**O Orador:** Não teríamos que humilhar passageiros dentro de um avião à espera e naturalmente afasta quem quer investir, companhias privadas que querem investir nas Lajes que não estão para estar a chegar ali e dizer ... Imaginem o que é dizer a uma *low cost* que o avião tem de esperar lá em cima 45 minutos, porque não tem lugar na placa de estacionamento e o Sr. Comandante está de mau humor e não autoriza que o avião estacione na placa militar.

Os senhores imaginam isto? Imaginam isto?

Portanto, toda a gente sabe isto.

Quem quer investir sabe isso e sabe os constrangimentos. Não vale é a pena agora virem todos como salvadores da pátria e não vale é a pena agora em promessas eleitorais quem ocupou cargos políticos na República e com essa pasta, como a Dra. Berta Cabral, vir agora resolver o assunto, porque já o devia ter resolvido e há um assunto, Sr. Presidente do Governo, que estou disponível, e façam aqui o desafio, para uma conversa nesse sentido, para um entendimento nesse sentido, para nos empenharmos no aumento da capacidade civil do aeroporto das Lajes, porque há este ridículo.

Isto é a aerogare das Lajes, a minha bancada, ali é o alcatrão. Eu ponho o pé ali estou sob as ordens de um militar do outro lado. Isto não pode acontecer. Isto não pode acontecer, Sr. Presidente!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Até cá dentro!

**O Orador:** Para sair de um avião tem de ser um coronel do outro lado a dizer que eu posso sair do avião. Não pode ser!

Há que respeitar a utilização militar, com certeza, ...

**Presidente:** Sr. Deputado, não nos vamos dispersar.

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente.

... mas com certeza há um ponto de entendimento e de razoabilidade em que todos possamos conviver no respeito institucional uns com os outros sem ninguém atrapalhar ninguém, porque nós também não queremos provocar incidentes na parte militar.

O que não queremos é que a força aérea seja um empecilho do desenvolvimento da Terceira, com o patrocínio da Secretaria de Estado da Defesa.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia e dez.

*Eram 11 horas e 36 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 16 minutos.*

Está em discussão o ponto oito da nossa Agenda. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou voltar a um assunto que já foi alvo de análise nas duas intervenções que me antecederam e que considero que têm toda a razão.

No âmbito da iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PCP a questão que salta à vista no âmbito do preâmbulo que o Sr. Deputado apresenta é que em nenhum momento atribui a situação social que se vive na ilha Terceira a outra causa que não seja a situação e a questão da Base das Lajes.

Já aqui foi referenciado que a questão não é só essa. Há questões que estão a ter um enorme impacto e que resultam sobretudo de más opções estratégicas e de má governação e essa questão é uma questão muito relevante.

É evidente que o Governo Regional, o atual Presidente do Governo Regional, se tem empenhado nesta questão da Base das Lajes, mas sobretudo isso deve-se a dois fatores.

Em primeiro lugar, porque no tempo certo, no momento certo, estou absolutamente convencido que o Governo Regional e o anterior titular do cargo não fizeram tudo o que deviam ter feito. Ponto número um.

Ponto número dois: a questão social, a crise económica que afeta a ilha Terceira e a desvalorização da Terceira enquanto polo económico estruturante para a nossa economia é algo que antecede a questão da Base das Lajes.

Portanto, neste momento temos uma situação social tremendamente difícil na Terceira e a notícia é que tenderá a ficar ainda pior.

Portanto, é preciso ter opções diferentes.

Do ponto de vista desta câmara ficamos assim confrontados com uma situação que é um preâmbulo que de facto se foca, se centra na questão da Base das Lajes, que não refere outra matéria e, portanto, nós que concordamos que se vive uma situação difícil e que é necessário majorar os apoios sociais, nós o que consideramos é que este preâmbulo atribui a questão social exclusivamente a um fator que não é o único fator e provavelmente o Sr. Deputado do PCP sabe isso.

Sabe isso, mas também percebo porque é que não o colocou. Se colocasse outras referências como as más opções estratégicas do Governo e a má governação evidente do Partido Socialista em relação à ilha Terceira, bem, se o fizesse, enfraqueceria, perante o legislador nacional, a posição dos

Açores, porque alguém que estivesse a analisar o documento lá fora diria: “Bem, mas se o problema não é só esse, mudem de Governo”. Portanto, os senhores em relação a esta matéria se dizem que a responsabilidade é do Governo, más opções estratégicas e que isso tem a ver também com má governação, desinvestimento do Partido Socialista na Terceira não acudir aos problemas quando eles eram mais do que evidentes, prometer investimentos no âmbito de campanhas eleitorais e depois não os concretizar, há todo um conjunto que são responsabilidades do governo socialista. Se eles aqui fossem referenciados evidentemente que o legislador nacional, responsabilizava de alguma forma o legislador nacional, dizendo: “Bom, então afinal a responsabilidade é política, tem a ver com as más políticas que o Partido Socialista fez e por isso não faz aqui referência” e eu acho que é quase, digamos assim, um ato patriótico da nossa parte não exigir que faça parte para quem quer votar a favor, que é o meu caso, porque é quase passar um esponja para fortalecer a legitimidade e a capacidade deste documento poder vir a passar no âmbito da Assembleia da República.

Por isso, eu anuncio aqui que vou votar favoravelmente, que reconheço que o preâmbulo está muito incompleto, há responsabilidades que deviam ser assacadas ao governo do Partido Socialista e que não estão a ser, mas que compreendo as razões que levaram o Sr. Deputado do Partido Comunista a omitir essa situação. Compreendo! São opções utilitárias, digamos assim, pragmáticas, muito pragmáticas!

Considero que o que é importante também são os resultados e nesse sentido o que quero dizer é que a Representação Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta iniciativa, que se vive uma situação social dramática, que com a crise do setor agrícola se irá aprofundar ainda mais e que é absolutamente necessário proteger, do ponto vista social, aquelas populações (é verdade!) por causa da Base das Lajes e por causa de tudo o resto, cuja responsabilidade é do Governo do Partido Socialista.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Eu não vou atropelar o Regimento nem as regras deste debate como fizeram alguns Deputados que me antecederam, fugindo por completo ao tema que estamos a discutir na proposta do PCP, mas não posso deixar de dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, dizer que o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, está disponível como sempre para discutir as opções

políticas do PS e do Governo na ilha Terceira, os investimentos públicos que fez na ilha Terceira, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Essa é interessante!

**O Orador:** ... o projeto de desenvolvimento que tem implementado na ilha Terceira, as opções políticas do PS na ilha Terceira.

Estamos como sempre totalmente disponíveis para discutir isso, quando os senhores quiserem, ...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Queremos ver é resultados!

**O Orador:** ... no momento que os senhores quiserem, estamos perfeitamente à vontade com aquele que tem sido o nosso trabalho na ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores.

Quando os senhores quiserem, mas convenhamos não é este o momento tendo em conta a discussão que está em causa.

Também não posso deixar de dizer o seguinte, usando até as palavras, no seu estilo muito peculiar e caceteiro, ali do Sr. Deputado Rendeiro que disse que há 20 anos que há gente que manda nisto.

Há 20 anos que o Partido Socialista governa os Açores, porque os açorianos lhe conferiram esse direito ...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Os senhores traíram a confiança aos açorianos!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em termos teóricos é verdade, na prática nem por isso!

**O Orador:** ... acreditando no projeto político que o Partido Socialista lhes apresentou e há 20 anos os açorianos conferem o direito de governar a Região Autónoma dos Açores ao Partido Socialista.

Uso da palavra porque não o fiz na minha primeira intervenção apenas para fazer um alerta ao PCP. Julgo que esta é também uma matéria como se sabe muito séria, tendo em conta o parecer que foi apresentado pelo município da Praia da Vitória que é na minha opinião um parecer muito pertinente do ponto de vista jurídico, mas julgo que do ponto de vista da redação final estas matéria podem ser resolvidas, porque há aqui questões de precisão jurídica que do ponto de vista da credibilidade institucional deste Parlamento parece-me serem importantes de ser resolvidas na redação final e, portanto, era para fazer este alerta, porque parece-me muito relevante que este parecer e os alertas que faz sejam acolhidos na proposta que será depois remetida à Assembleia da República.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, o parecer que veio da Câmara Municipal da Praia da Vitória coloca algumas questões de ordem jurídica e relativamente à redação que julgo que têm de ser atendidas. Eu, aliás, tenho um conjunto de propostas que posso fazer dar entrada no sentido de corrigir e atender às sugestões que são feitas pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, se assim for entendido e se a questão não puder ser resolvida de uma outra forma. E, portanto, farei dar entrada antes da votação na generalidade (elas estão prontas, Sra. Presidente), no sentido de atender às pertinentes e oportunas sugestões que foram feitas pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Isto para responder ao Sr. Deputado Berto Messias.

Por outro lado, eu já tinha pedido a palavra, aliás, poucos segundos depois do Deputado Berto Messias, mas apenas para dizer o seguinte.

Esta iniciativa do PCP e a forma como ela é apresentada, designadamente as considerações que teceu sobre os considerandos ou, digamos, sobre as outras intervenções que foram feitas, que são perfeitamente legítimas, mas a Representação Parlamentar do PCP, como é sabido, relativamente à questão das Lajes, remeteu sempre a responsabilidade para onde o PCP julga que ela deve ser remetida, para o Estado, e na apresentação que eu fiz da proposta, ali da tribuna, referi sucessivos governos da República, não especifiquei nenhum, não referenciei nenhum partido exatamente porque considero que esta questão não se deve reduzir, digamos, a esse combate político. Eu até podia ter aproveitado esta oportunidade, porque estamos em fase de campanha eleitoral e de pré-campanha eleitoral, para fazer aqui um outro tipo de intervenção.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Umas asinhas para o santinho!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não vai para o altar porque tem os pés grandes!

**O Orador:** Pronto! Oh, Sr. Deputado, os Srs. Deputados farão o juízo que muito bem entenderem das minhas palavras, têm toda a legitimidade para o fazer. A verdade é que eu podia ter aproveitado essa oportunidade, não o fiz e não o vou fazer (não o fiz e não o vou fazer!), mas quero também aqui, digamos, dar alguma contribuição, esclarecer esta situação e que tem a ver com o seguinte.

O PCP sempre remeteu esta responsabilidade para o Estado português, porque esta, efetivamente, é uma questão de Estado. Se me perguntarem assim: “Mas as opções, as políticas seguidas pelo Governo Regional, para a região toda, são as melhores?”, podemos discutir isso, mas não é este o momento e eu centrei muito a intervenção no objeto destas questões e também tenho críticas a fazer certamente às políticas do Governo Regional para a ilha Terceira e para a região de uma forma geral, mas não é esse o momento. Neste caso aqui, aquilo que nós estamos a fazer é exigir ao Estado que cumpra parte do seu papel. Mais! Estamos a propor uma

iniciativa que não é a primeira vez, como eu já referenciei, que é utilizada em situações de exceção.

E, portanto, a abordagem que foi feita foi esta, no sentido de que, tendo consciência, e partindo até do princípio que esta era uma questão que unia esta Câmara e, portanto, não quis introduzir aqui nenhum tipo de ruído acerca desta questão que não fosse exatamente objeto da questão e também porque, efetivamente, respeitei o facto de estarmos em período de pré-campanha eleitoral e não querer, de maneira nenhuma, até porque não parecia eticamente correto e não me pareceria curial eu utilizar esta bancada para fazer isso. Farei isso fora daqui.

É evidente que terão as leituras que muito bem quiserem fazer do assunto, mas a questão é efetivamente darmos aqui um contributo e mais, e exigirmos ao Estado, porque a responsabilidade é do Estado, que dê um contributo para mitigar a situação que se vive na ilha Terceira e que, de facto, não é de hoje, não decorre agora dos últimos despedimentos, já tem algum tempo, já tem alguns anos e, sobretudo, houve, como todos nós temos consciência, muitos trabalhadores que indiretamente perderam os seus postos de trabalho, muitas empresas que viram o seu negócio diminuir ou mesmo encerrar. E, portanto, não é, efetivamente de agora. Mas o peso, e a situação que se vive na ilha Terceira não depende só desse facto, mas depende, em grande medida, da alteração do paradigma que já aconteceu, há algum tempo, da utilização da Base Militar pelas forças militares dos Estados Unidos. Mais! Não há nenhuma crítica sequer à questão dos Estados Unidos e ao posicionamento dos Estados Unidos, porque acho que também, independentemente das posições políticas e das opiniões que podemos ter sobre o assunto, não nos cabe aqui, ou não me cabia a mim aqui trazer esta questão à coação.

E, portanto, um pouco para, digamos, justificar de alguma forma a abordagem que o PCP está a fazer desta questão, porque julgo que é uma questão que nos unirá a todos e que é importante para a região, particularmente para a ilha Terceira e aquilo que for bom para a ilha Terceira é, certamente, bom para a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai apoiar com o seu voto, sem nenhum tipo de tibiezas, esta anteproposta da Representação Parlamentar do PCP que propõe um programa especial de apoio social para a ilha Terceira.

Fazemo-lo por várias razões e, aliás, digamos que bem sintetizadas na primeira intervenção do Sr. Deputado Berto Messias quando dizia que há



alturas em que é preciso que todos rememos no mesmo sentido, independentemente das divergências ideológicas que possamos ter. De facto, o Bloco considera que esta é uma das alturas em que todos nós temos que remar no mesmo sentido. E nós entendemos que tem havido variadíssimas remadas ao longo do tempo. Agora, temos um problema, é que nós temos remado, não temos é chegado a porto nenhum, ou seja, o porto para onde nós temos remado, tanto quanto possível, juntos, não nos tem aberto a porta.

Ora bem, e para exemplificar o que estou a dizer, acrescentar o seguinte.

Do nosso ponto de vista, a ilha Terceira tem exatamente os mesmo problemas, neste momento, que qualquer outra ilha da nossa região. Tem desemprego, tem empobrecimento generalizado, sobretudo de uma classe média completamente depauperada, tem falências, tem emigração, tem falta de alternativas, tem tudo o que as outras ilhas têm. Responsabilidade, isto é outro debate, simultânea das políticas do Governo Regional e das políticas do Governo da República. Mas não é nisto que nós estamos agora a falar, estamos a falar de outra coisa. É que a ilha Terceira tem um problema que mais nenhuma outra ilha tem, das nove da nossa região, tem uma dependência direta e indireta de uma Base que é nossa, mas que está ao serviço das sucessivas administrações norte-americanas.

E, portanto, esta dependência, criada ao longo de 60 anos, criou agora um problema social, laboral, económico trágico, porque se vem juntar também a um problema que já existe no nosso país e, portanto, nesta região também do ponto de vista económico.

Portanto, o Bloco de Esquerda faz uma diferenciação entre os problemas da ilha Terceira enquanto ilha desta região e deste país e, portanto, sujeita a uma quantidade de problemáticas comuns, mas reconhece à ilha Terceira um problema acrescido que mais nenhuma outra enfrenta.

Podemos dizer erros meus, má fortuna, amor ardente, todos têm responsabilidades, isso levar-nos-ia muito longe na história, mas, neste momento, é com isso que ela se confronta.

E agora, Sras. e Srs. Deputados, lembrar o seguinte.

Quando eu digo que tem havido várias remadas, eu gostaria de chamar a atenção, lembrar às Sras. e aos Srs. Deputados que só no ano de 2015, assim de repente, eu fui buscar três, das tais em que remámos todos no mesmo sentido e encontrámos uma porta fechada no destinatário da nossa viagem de remos que era o Governo da República.

Primeiro exemplo.

Janeiro de 2015, esta Casa aprovou, por unanimidade, uma resolução da iniciativa do Bloco de Esquerda, subscrita depois por todos os partidos, cuja parte resolutiva diz assim: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional, por via da atual resolução,

pretendem debelar a ameaça do agravamento da crise social e económica nos Açores, especialmente na ilha Terceira e no concelho da Praia da Vitória, ao recomendar ao Governo da República a criação de um plano de emergência que minimize os efeitos da redução de pessoal civil ao serviço das forças militares norte-americanas da Base das Lajes”. Janeiro deste ano. Chegou ao porto, remámos para lá. O porto disse-nos alguma coisa? Pelo menos pôs a bandeirinha a dizer: “Chegaram à meta?”. Tanto quanto eu sei, zero.

Portanto, não é por falta de remarmos todos no mesmo sentido. É porque do outro lado não encontramos eco nenhum. E também reconhecer aqui que não é só da Assembleia Legislativa que têm havido remadas. Tem havido da Assembleia da República, tem havido de variadíssimas entidades da ilha Terceira, Conselho de Ilha, Município da Praia da Vitória, Município de Angra, Câmara do Comércio, tem havido do Governo Regional, tem havido dos diversos partidos representados aqui nesta Casa. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não é por falta de iniciativa, é por falta de interlocutor, que é uma coisa completamente diferente.

Esta é de 15 de janeiro.

Agora, refiro uma do dia 6 de março de 2015, um projeto de resolução da autoria do Bloco de Esquerda, apresentado na Assembleia da República, cujo objetivo principal é a “Criação de um plano de emergência que minimize os efeitos da redução de pessoal civil ao serviço das forças militares norte-americanas na Base das Lajes”. Este projeto de resolução foi chumbado pela coligação PSD/CDS, tendo todos os outros partidos votado favoravelmente.

Vamos agora a 27 de março de 2015. Há um projeto de resolução da Assembleia da República, uma proposta conjunta de todos os partidos, aprovada por unanimidade, e, Sras. e Srs. Deputados, deixem-me referir dois pontos desta resolução da Assembleia da República.

Diz uma delas, a primeira: “A Assembleia da República manifesta a sua profunda preocupação pelos efeitos negativos que a intenção tornada pública pelos Estados Unidos da América, no passado dia 8 de janeiro de 2015, de reduzir efetivos na Base das Lajes terá na situação social, económica e ambiental dos Açores em geral e da ilha Terceira em particular”.

Ponto dois: “A Assembleia da República exorta o Governo da República Portuguesa e o Governo dos Estados Unidos da América a procurar uma solução respeitadora do quadro da relação diplomática entre os dois países”.

E no ponto terceiro, mais uma vez: “A Assembleia da República recomenda ao Governo da República, em articulação com o Governo Regional dos Açores, a mobilização de todos os esforços políticos,

diplomáticos, económicos e de opções estratégicas no sentido de manterem e reforçarem a defesa firme dos interesses do nosso país, quer na fase de definição dos exatos contornos que a intenção dos Estados Unidos da América vier a assumir, quer no que se refere às componentes de recursos humanos, infraestruturas e cuidados ambientais, quer na fase de definição e implementação das medidas mitigadoras dos efeitos que essa mesma decisão vier a ter”.

Esta resolução da Assembleia da República tem cinco pontos, eu li três.

Sras. e Srs. Deputados, ninguém tem respondido a nenhuma destas resoluções, pelo contrário, quando elas existem, na prática, como se viu, a coligação PSD/CDS na República até as chumba, mas depois quando se junta aos outros partidos (isto é datado de 27 de março), Sras. e Srs. Deputados, estamos em setembro, não tarda nada, em outubro, daquilo que aqui está, votado por unanimidade na Assembleia da República, o que é que foi cumprido? Zero.

**Deputado André Bradford (PS):** Ora aí está!

**A Oradora:** E, portanto, não vamos fazer de uma situação trágica para milhares de trabalhadores, para centenas de famílias, para toda uma ilha, para a sua economia, para o seu equilíbrio social e, portanto, para toda uma região, um jogo de pingue-pongue de responsabilidades, porque todos as temos, dentro e fora da região. Não estamos agora a fazer *mea culpa*, estamos a bater à porta de quem nos pode ajudar mais, de quem tem a obrigação de nos ajudar: o Governo da República e o Governo dos Estados Unidos da América. Um porque é responsável por tudo aquilo que lá se tem passado, o outro porque tem fechado os olhos, ao longo de décadas e agora também não abre a boca para muito mais que não seja o encontro de diplomáticos ao mais alto nível, mas que, no concreto, ainda não se viu nenhum resultado. E não me venham dizer que as reformas antecipadas, que satisfazem, e ainda bem, muitos dos trabalhadores portugueses daquela Base, chegam, porque isso não chega, porque se há trabalhadores de 50 e tal anos, de 70 anos que ficam contentes de se reformarem agora com o supletivo que vão ter, há outros, muito mais novos, que estão no princípio da sua vida e que se vão confrontar com o desemprego e com o subsídio de desemprego quando e enquanto tiverem direito a ele.

Portanto, vamos remar todos no mesmo sentido? Vamos. Mas há uma coisa que quero dizer, e com isto termino, Sra. Presidente, provavelmente vamos ter que derrubar a bastilha, porque a bastilha está fechada a qualquer batida, a qualquer remada, seja ela em conjunto ou isoladamente.

Muito obrigada.

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que esgotou o seu tempo com esta intervenção, e passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

**(\*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A questão que a proposta do PCP nos traz enquadra-se num contexto que deveria, efetivamente, ser tido como um contexto suprapartidário e que convocaria aos esforços de todos, inclusivamente aos esforços a nível nacional, no sentido de encontrarmos as melhores soluções para este contexto particular em que a ilha Terceira se encontra.

No entanto, e à semelhança daquilo a que assistimos já noutros debates que aconteceram no decurso deste anos nesta Assembleia, aquilo a que assistimos, e de forma muito particular, por parte da bancada do PSD, foi a dois exercícios.

Ignorando a proposta que está aqui em discussão, quis, mais uma vez, tentar culpar o Governo dos Açores pela crise e pelos resultados que as medidas adotadas para responder à crise tiveram no país e na região, enquanto tentou também minimizar os esforços que o Governo dos Açores desenvolveu ao longo do tempo no sentido de minimizar, na medida dos seus recursos e das suas competências, os efeitos desta redução de efetivos na Base das Lajes.

Relativamente ao primeiro exercício com que o PSD se entreteve, caberá talvez lembrar que as coisas não são exatamente como os senhores dizem, embora eu compreenda que vos desse jeito que as pessoas acreditassem que elas assim fossem.

Todos nós sabemos e temos presente que o mundo viveu uma das maiores crises económico-financeiras de que há memória.

Olhe, não se mostre tão incomodado, porque ainda vai ouvir um bocadinho mais. Portanto, não gaste as suas energias todas logo no início da minha intervenção.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não se preocupe!

**A Oradora:** Todos nos lembramos também que no auge dessa crise conhecemos um certo candidato a Primeiro-Ministro que dizia que conhecia muito bem a situação do país e que não seria preciso cortar salários, nem cortar pensões,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Chamava-se José Sócrates!

**A Oradora:** ... nem aumentar impostos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Chamava-se José Sócrates!

**A Oradora:** Conhecemos depois essa pessoa como Primeiro-Ministro,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Chamava-se José Sócrates! Candidato a Primeiro-Ministro!

**A Oradora:** ... que o que é que fez? Aumentou os impostos, cortou os salários e as pensões e decidiu que aquilo que teria que fazer teria que ser aplicar uma austeridade desmedida, independentemente das consequências que isso tivesse para o país.

Infelizmente, a situação na Base das Lajes associa-se a um contexto de especial dificuldades na região, é verdade. Agora, o que importa é saber quem fez o quê para tentar minimizar as consequências desse desfecho negativo.

É sabido, e já aqui, hoje, foram reconhecidos os esforços que o Governo dos Açores desenvolveu, ao longo de bastante tempo, tentando influenciar um desfecho mais positivo possível mas que, contudo, teve o resultado que é conhecido. Agora, perante a situação, aquilo que o Governo dos Açores efetivamente fez foi lançar mão de todos os meios de que dispunha e apresentar o trabalho que vinha desenvolvendo com o qual procurava preparar-se para essa eventualidade que se veio a realizar.

Outra coisa é o que aqui, hoje, já foi suscitado, porque esse plano que o Governo dos Açores apresentou chamava ao trabalho, porque assim as circunstâncias o exigiam, o Governo Regional, mas também o Governo da República e o próprio Governo norte-americano. A verdade é que nós sabemos o que é que o Governo Regional fez, mas nós não sabemos o que é que o Governo da República fez e seria interessante, particularmente da vossa parte, e já que gostam tanto de fazer anúncios em nome de governos,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... que anunciasses aqui, hoje, quais são as respostas que o Governo da República tem, no quadro das suas responsabilidades,...

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Ora bem!

**A Oradora:** ... para nos ajudar a ultrapassar esta situação.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Ora bem!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** A verdade é que os senhores não terão nada para dizer.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Vire-se para o lado e pergunte ao Presidente Vasco Cordeiro!

**A Oradora:** E nós sabemos isso, nós sabemos que os senhores não terão nada para dizer. E é precisamente por não terem nada para dizerem que se entretêm com estes exercícios,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Até o Vice-Presidente tem assento no grupo de trabalho criado na República! Pensa que as pessoas estão a dormir!

**A Oradora:** ... tentando iludir as pessoas, mas as pessoas não se deixarão iludir.

A proposta do PCP tem o mérito de lançar mão de instrumentos que estão já fora do domínio da decisão da região, nomeadamente do Governo Regional.

A concretizar-se, temos a certeza que será mais um contributo na mitigação das consequências negativas que esta situação naturalmente tem para a ilha Terceira.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Continuaremos, no entanto, mesmo que os senhores não queiram, mesmo que os senhores não gostem, empenhados em tudo fazer para resolver este problema,...

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... à semelhança daquilo que fazemos todos os dias.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na minha intervenção inicial referenciei,...

**Deputado André Bradford (PS):** Lamentável!

**O Orador:** ... para que ficasse o registo histórico, que concordo com a iniciativa do PCP, embora as causas da situação social que se estão a viver não sejam, fiz questão de apontar isso, da exclusiva responsabilidade desta questão. Há responsabilidades objetivas por parte da má governação, más opções por parte do Partido Socialista, em especial do Governo Regional. Essa é uma questão que teve que ficar o registo histórico dessa situação.

Eu também tive a oportunidade de referenciar que compreendia as razões pragmáticas do Sr. Deputado do PCP.

Devo dizer agora dois pontos para terminar a minha intervenção em relação a esta questão.

A primeira questão. Os apoios sociais. O Sr. Deputado refere na sua proposta que é um regime transitório, temporário. Eu considero que esta questão é fundamental, que se tenha esta perceção: não se resolve nenhum problema através da eternização da política da subsidiodependência.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Estas políticas sociais têm que ser acompanhadas em simultâneo por políticas económicas que promovam o crescimento económico da ilha Terceira. São políticas pontuais, são políticas que só podem ser mantidas durante um tempo limitado. E, de facto, Sr. Deputado,

o que lhe digo é que aqui consta que são políticas temporárias e transitórias.

O que eu quero referenciar, para acautelar a posição da Representação da Parlamentar, é que considero que em simultâneo a estes apoios sociais têm que ser lançadas já, depressa, com muita urgência, políticas de combate e de promoção ao crescimento económico, de combate à atual situação de estruturação da economia da ilha Terceira. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Reconhecer, já aqui foi abordada a questão por parte do CDS-PP, que, de facto, nós temos um problema que acentua as nossas dificuldades, que tem a ver com a natureza militar da Base das Lajes e que essa natureza militar da Base das Lajes, neste momento, é até irracional, porque ao mesmo tempo em que a presença militar e a atividade militar se tornam residuais, parece que as dificuldades logísticas e as dificuldades do ponto de vista da utilização civil diminuem. Há uma cada vez maior intervenção por parte dos militares, criação de obstáculos por parte dos militares, quando a atividade militar atualmente se resume a uma espécie de jogos de guerra, em que se movimentam aviõezinhos que não existem e que são exercícios mentais por parte da burocracia militar.

E, portanto, isto é absolutamente inaceitável que essa situação se venha a acentuar, se tenha vindo a acentuar, quando, de facto, a presença militar é cada vez mais residual e quando, de facto, as nossas necessidades de potenciar a utilização civil são cada vez maiores, até tendo em conta o atual contexto.

Ora bem, eu considero que existem dois grandes responsáveis por essa situação. O primeiro deles é, obviamente, quem esteve, quem ali se sentou durante 16 anos e não resolveu esta questão e que diz agora que vai resolver. Agora que não tem uma função institucional de peso, de Presidente do Governo Regional, agora, sim, agora é que ele vai resolver. Portanto, o Sr. Carlos César tem uma enorme responsabilidade nesta matéria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o segundo!

**O Orador:** E depois há um outro grande responsável, que é de quem tutelou esta pasta diretamente, que é a Sra. Secretária de Estado da Defesa.

**Deputado António Ventura (PSD):** Os problemas começaram agora?

**O Orador:** Não, os problemas não começaram agora, mas o que é verdade é que os problemas não foram resolvidos agora e nós tivemos uma legislatura em que os problemas se acentuaram e a verdade é que trabalho feito, trabalho de casa, TPC, não está feito, nota negativa.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** E a verdade é essa, a verdade é essa, ou seja, os dois candidatos, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata têm enormes responsabilidades em não ter resolvido a questão das limitações

militares, que são completamente irracionais num quadro de diminuição da presença militar, temos cada vez mais dificuldades.

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Ora, isto é incompreensível.

Sra. Presidente, muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

*Eram 12 horas e 57 minutos.*

**Presidente:** Muito boa tarde a todos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

Estávamos no debate do ponto oito: Anteproposta de Lei n.º 16/X. Está inscrito o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(\*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que por tudo aquilo que já foi aqui debatido é um facto incontornável que nós estamos todos unidos nas preocupações relativas àquilo que interessa e por isso é que as várias bancadas aqui representadas já demonstraram a sua intenção de votar favoravelmente este diploma apresentado pelo Partido Comunista.

No entanto, é importante termos consciência de que a credibilidade de que precisamos para pedir responsabilidades aos outros, e que são dos outros, fora da região, e sermos levados a sério, também devemos ter a nossa parte feita, porque eu julgo que a maioria dos que aqui estão presentes não se sentem confortáveis a viver de mão estendida, não tendo o trabalho de casa feito.

E portanto, todos percebemos que aquilo que acontece na Terceira, neste momento, tem um enquadramento de responsabilidades a vários níveis, desde logo pelas responsabilidades da potência norte-americana, que os Estados Unidos têm, de facto, que assumir perante a Terceira e os terceirenses; temos as responsabilidades do Estado, que são do Estado e que nos compete a nós como açorianos e representantes dos açorianos, das



suas várias sensibilidades, saber exigir. Mas é importante que este Governo Regional não saiba só exigir àqueles que não são da sua cor política, que saiba exigir a todos, porque nos seus 20 anos de mandato teve bastas oportunidades para ser igualmente exigente e reivindicativo com outros governos da República e não foi.

Quanto a algumas referências infelizes, e lamento que o Sr. Deputado Berto Messias esteja ausente da sala, feitas acerca da forma como eu próprio faço oposição nesta sala, não entendi ser necessário pedir uma defesa da honra, porque eu não me senti desonrado de todo com as declarações do Deputado Berto Messias, mas eu julgo que o facto de qualquer deputado nesta casa ser tenaz na defesa da sua terra, dos seus ideais ou do programa pelo qual foi eleito também seria importante que se percebesse que a legitimidade de quem está no poder ou de quem está na oposição é igual, foram ambas conferidas pelo mandato popular. E, em segundo lugar, também se regista que se o Deputado Berto Messias fosse mais tenaz na defesa da sua terra e menos submisso aos interesses do seu partido, talvez tivesse conseguido que o PS e os seus governos tivessem cumprido para com as promessas que fizeram na Terceira e aos terceirenses de que a ilha precisa, de que a economia precisa em vez de se ter esquivado a essa responsabilidade que aqui lhe foi pedida e às questões que eu aqui coloquei e que se regista que não foram respondidas, essas responsabilidades não foram assumidas, nem pela bancada do Partido Socialista, nem pelo Governo Regional, e isso é de registar.

E, portanto, em vez do Partido Socialista se queixar do estilo, do tom ou da forma como os deputados da oposição aqui apresentam as suas divergências, se calhar devia queixar-se de si próprio...

**Deputado André Bradford (PS):** Foi uma opinião!

**Deputado José Ávila (PS):** Alguns Deputados!

**O Orador:** ... e do incumprimento das suas promessas. Porque fica muito feio,...

**Deputado José Contente (PS):** Fica feio?

**O Orador:** ... em todos os problemas da região, o PS e o Governo Regional terem sempre um responsável externo. Isto é fantástico! Há sempre um responsável externo e quando não é um responsável externo, nos 20 anos da sua governação, é o Deputado José Contente que, já por várias vezes, foi ao baú e encontra responsabilidades de há mais de 20 anos. Ora, isto fica muito feio para quem está há 20 anos a governar, fica muito feio.

**Deputado José Contente (PS):** Fica feio é não admitir a vossa história. Mas tenho mais coisas no baú!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** O senhor gosta muito de arquivos!

**O Orador:** Fica muito feio!

As responsabilidades do PSD são julgadas nos atos eleitorais, sem dúvida, e nós aceitamos os resultados eleitorais.

Se o Partido Socialista cumprisse as suas promessas na Terceira e em todas as ilhas dos Açores, as nossas críticas ficariam de todo esvaziadas e as críticas que aqui foram feitas por vários deputados foram no sentido das promessas que não foram cumpridas, ou vão dizer que foram? Ou vão dizer que aquelas questões que eu aqui levantei foram cumpridas e que estão feitas? Diga-me, Sr. Deputado José Contente, onde é que está o cais de cruzeiros na ilha Terceira? Diga, já não está aqui presente o Sr. Secretário Regional da Agricultura, por que é que não está a trabalhar o laboratório de veterinária? Mas está ali o Vice-Presidente do Governo, que foi transversal a toda esta governação. Nenhum deles respondeu. Respondeu, com toda a legitimidade, em nome do Governo, a Sra. Secretária Regional.

Às vezes os silêncios também são gritantes.

**Deputado José Contente (PS):** Se respondeu, está respondido!

**O Orador:** Falta um ano para este governo e, portanto, se não quiserem ser criticados, têm um ano para cumprir as promessas todas. É simples. Só têm que cumprir e mostrar resultados.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E as do baú!

**O Orador:** Volto a lembrar, porque aqui foram pedidas, quais é que são as ações e as medidas do Governo da República perante esta situação e eu volto a lembrar que, quer Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional, quer o Dr. Sérgio Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional, quer o Dr. Roberto Monteiro, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mayor!

**O Orador:** ... não em faltado lugar, não tem faltado assento, não tem faltado importância aos titulares democraticamente eleitos dos vários órgãos da região em todos os fóruns,...

**Deputado José Contente (PS):** E a Dra. Berta?

**O Orador:** ... em todos os lugares onde se tem trabalhado nestas questões. E, portanto, mais do que ninguém, têm conhecimento de todos os dossiers e de tudo aquilo que está em cima da mesa. Não se pode é falar fininho lá fora e vir falar grosso na Assembleia Regional.

**Deputado André Bradford (PS):** Pelos vistos resultou! O senhor está muito mais manso!

**O Orador:** E são essas as responsabilidades que vos são pedidas. Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito mais manso!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para comentar uma afirmação do Sr. Deputado Artur Lima, que referiu o facto, e afirmou aqui que se estava a registar um aumento do desemprego na ilha Terceira.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Não, não! Não foi isso que eu disse!

**O Orador:** Eu vou-lhe citar os dados do Ministério da Segurança Social, um ministério tutelado por um membro do seu partido, e são dados oficiais,...

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sim! Se é um membro do meu partido, não falha!

**O Orador:** ... do Instituto do Emprego e Formação...

Então, se não falha...

De acordo com um ministério tutelado por um membro do seu partido, havia 3408 terceirenses desempregados inscritos em abril de 2013. Em agosto de 2015, citando a mesma fonte, baixou para 3002, ou seja, menos 12% de desempregados.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Não disse o contrário!

**O Orador:** São os dados referentes a um documento oficial proferido pelo Ministério que um membro do seu partido tutela, o que demonstra que há uma redução...

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): E os emigrantes, não estão aí?

**O Orador:** ... de 12%, de acordo com esses dados, nos desempregados inscritos no período dos últimos 28 meses.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): E o pessoal que emigrou, não está aí?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Prescindo.

**Presidente:** Tendo prescindido, tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Naturalmente que esse número eu não o ponho em causa, mas o que eu disse, V. Ex.<sup>a</sup> pode ter percebido mal ou eu ter-me explicado mal, foi que o desemprego na ilha Terceira não aumentou apenas com a crise da Base das Lajes, o desemprego já vem aumentando há anos. E se a gente quiser fazer a comparação e ir buscar números de 2002, 2003 para aqui, muito bem. O que eu disse foi que o desemprego não aumentou apenas e devido à Base das Lajes.

Que baixou, pronto, eu fico sempre satisfeito quando há menos desempregados. Eu acho que todos nós ficamos satisfeitos com isso.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para perguntar ao Governo Regional se está em condições de assumir que todas aquelas promessas não cumpridas que eu aqui elenquei vão ser concretizadas até ao fim do presente mandato. É porque algumas delas já têm barbas brancas, já têm mais de 10 anos.

E portanto, é isso que, no âmbito das responsabilidades deste Governo, que presta contas perante esta Assembleia e perante os açorianos, que é importante também esclarecer: é quando.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Não tem nada a ver com aquilo que agente está a discutir!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

Agradeço algum silêncio para podermos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A Anteproposta de Lei apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar então agora ao debate e votação na especialidade.

Não havendo propostas de alteração aos artigos 1.º e 2.º do projeto de DLR, pergunto se os posso votar em conjunto. Penso que sim.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está então agora à votação o artigo 3.º com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Excerto do Diário da ALRAA Número 112**

17 de setembro de 2015

**Presidente:** Está então agora à votação a proposta de alteração e de aditamento ao artigo 4.º, também apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está então agora à votação o artigo 4.º com a integração destas alterações.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 5.º, também apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 5.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** E perante esta unanimidade, vou colocar os restantes artigos do diploma à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Votação final global. A Anteproposta de lei apresentada foi aprovada por unanimidade.

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes*